Erro jurídico no texto transfere votação para hoje, mas deputados apóiam medida por unanimidade

CPI vai pedir seqüestro de bens

BRASILIA — Os membros da CPI da máfia do Orçamento apoiaram por unanimidade o requerimento apresentado ontem pelos senadores Luís Alberto Martins (PTB-PR) e José Paulo Bisol (PSB-RS), pedindo a decretação do seqüestro e indisponibilidade dos bens dos envolvidos nas denúncias de desvio de dinheiro público. Por causa de uma dúvida jurídica, o requerimento será refeito para ser submetido à votação hoje, mas já ficou decidido que a CPI encaminhará à Procuradoria-Geral da República os depoimentos dos seis parlamentares já ouvidos, para a instauração do inquérito criminal e a conseqüente decretação das chamadas medidas securatórias ou acautelatórias. O requerimento dos senadores previa o envio de todos os documentos já levantados pela CPI, mas os parlamentares concluíram que não poderiam ser remetidos os documentos bancários que tiveram o sigilo quebrado exclusivamente para a CPI.

— O texto do requerimento vai ser refeito, mas vamos transmitir seguramente todos os depoimentos para a Procuradoria Geral da República — informou o presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA).

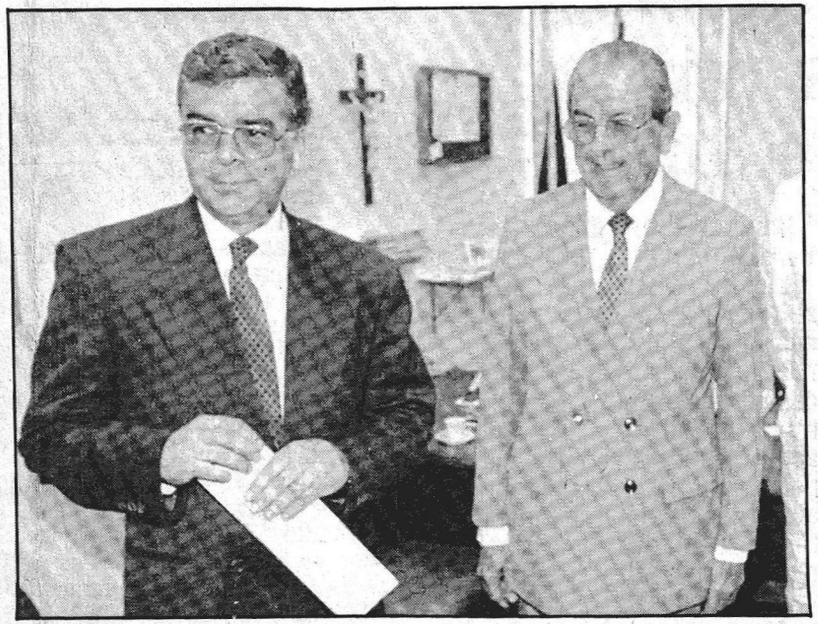
Em mais de uma hora de discussão sobre o assunto, o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu o encaminhamento ao Ministério Público somente dos documentos e depoimentos dos parlamentares que já depuseram na CPI e sobre os quais já existem fortes indícios de envolvimento na máfia do Orçamento. Ficou acertado que, além do envio dos depoimentos, os procuradores vão acompanhar os trabalhos da CPI e, à medida que acharem necessário, requisitarão novos documentos para sustentar as instaurações de inquéritos e decretação de seqüestro de bens.

— Se encaminharmos os quase trinta nomes citados ao Ministério Público, poderemos estar incorrendo em um pré-julgamento em relação a pessoas inocentes — ponderou Mercadante.

O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), disse que o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, já decidiu como agir:

— O procurador quer só documentos já selecionados para sustentar a abertura dos inquéritos e a conseqüente decretação da indisponibilidade dos bens — disse Magalhaães.

Gustavo Miranda



O procurador Aristides Junqueira, durante encontro com Jarbas Passarinho